SAÚDE AMANHÃ

Textos para Discussão

O FUTURO DO TRABALHO

Entre Novidades e Permanências

Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

GOVERNO FEDERAL

Presidente da República
Jair Bolsonaro

Ministro da Saúde
Marcelo Queiroga

Presidente da Fundação Oswaldo Cruz
Nísia Trindade Lima

SAÚDE AMANHÃ

Coordenação geral
Paulo Gadelha

Coordenação Executiva
José Carvalho de Noronha

Coordenação Editorial
Telma Ruth Pereira

Apoio técnico
Natalia Santos de Souza Guadelupe

Normalização bibliográfica
Monique Santos

Projeto gráfico, capa e diagramação
Robson Lima — Obra Completa Comunicação

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos desenvolvidos no âmbito do Projeto Saúde Amanhã, disseminando informações sobre a prospecção estratégica em saúde, em um horizonte móvel de 20 anos.

Busca, ainda, estabelecer um espaço para discussões e debates entre os profissionais especializados e instituições do setor.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Fiocruz/MS.

O projeto Saúde Amanhã é conduzido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no contexto da "Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030"/Fiocruz.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fi ns comerciais são proibidas.

URL: http://saudeamanha.fiocruz.br/

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A524f Amorim, Henrique

O futuro do trabalho: entre novidades e permanências / Henrique Amorim, Rafael Grohmann. – Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2021.

28 p. – (Textos para Discussão; n. 63)

Bibliografia: p. 24-28.

1. Futuro Prospectivo do Trabalho. 2. Organização Tecnológica. 3.Tecnologia. I. Amorim, Henrique. II. Rafael Grohmann. III. Fundação Oswaldo Cruz. IV. Título. V. Saúde Amanhã.

CDU: 331+ 004:64.012.3

Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

SAÚDE AMANHÃ
Prospecção Estratégica do Sistema de Saúde Brasileiro

PÁTRIA AMADA BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Textos para Discussão
Nº 63

O FUTURO DO TRABALHO

Entre Novidades e Permanências

Henrique Amorim
Rafael Grohmann

Este documento serve como pano de fundo para os temas específicos que foram tratados durante o Seminário "O Brasil depois da pandemia: Transformações do Trabalho - Perspectivas para a Saúde", realizado em 12 de julho de 2021, na Fiocruz.

Rio de Janeiro, julho de 2021

AUTORES

Henrique Amorim

Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1996) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2006). Atualmente é professor de Sociologia da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP..

Rafael Grohmann

Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2009) e doutorado em Ciências da Computação pela Universidade de São Paulo (2016). Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS..

SUMÁRIO

Introdução 7

Transformações nos Processos Produtivos: Contando a história 10

Empreendedorismo e Neoliberalismo 13

Transformações no Léxico do Capital: Recontando a história 15

Plataformização do Trabalho 17

Relações Entre Plataformização e Financeirização da Produção 21

Futuro Prospectivo do Trabalho 23

Referências Bibliográficas 24

O FUTURO DO TRABALHO
Entre Novidades e Permanências

1. INTRODUÇÃO

No sentido de elaborar um exame prospectivo acerca do futuro do trabalho e da produção, tendo como referência as mutações já em curso nas sociedades contemporâneas, o objetivo deste ensaio é problematizar a relação entre a novidade e a permanência no que se refere às transformações de cunho tecnológico, científico e gerencial que já impactam e tendencialmente impactarão o futuro do trabalho.[1]

A necessidade de contínua transformação nas formas de organização tecnológica e gerencial impôs historicamente contínuos processos de reestruturação da produção e do modo de vida das classes trabalhadoras nas sociedades capitalistas, o que nos permite avaliar como a exploração do trabalho na atualidade se aprofundará nas próximas décadas. As novas fronteiras pelas quais a produção de mercadorias avança se baseiam contemporaneamente na exploração e no desbravamento de um território produtivo aparentemente novo e caracterizado pela robotização e informatização da produção, muitas vezes chamada de digital, cognitiva ou imaterial.[2] No entanto, tal aparência se apresenta apenas como uma primeira camada que se orienta por um processo de valorização e acumulação do capital baseado na tríade: novas tecnologias da informação e da comunicação, empreendedorismo e financeirização.

Essa tríade se fundamenta como uma nova combinação para a exploração do trabalho. A novidade nas formas de exploração do trabalho está, nesse sentido, em como o capital se organiza socialmente para se autovalorizar. É com base na explicação de suas causas e consequências que procuraremos analisar temas centrais para o trabalho e para a produção de mercadorias.

---

[1] Esse cenário sofreu impactos significativos desde o ano de 2020 com a pandemia de coronavírus. Especificamente na questão do trabalho, indicamos as pesquisas de Abílio et al (2020), Oliveira et al (2020) e o dossiê organizado pela revista *Gender, Work & Organization* (Özkazanç-Pan & Pullen 2020).

[2] Sem entrar mais profundamente na polêmica acerca das diferenças entre o material e o imaterial quando se caracteriza o trabalho contemporâneo baseado nas TICs, entendemos que a diferença se caracteriza apenas do ponto de vista do trabalho concreto. É possível diferenciar o trabalho dos teleoperadores de *call centers*, dos programadores de *software* ou dos microtrabalhadores de empresas de extração e criação de dados daquele dos operários de uma linha de produção de automóveis, dos cortadores de cana-de-açúcar ou ainda dos trabalhadores da construção civil. No entanto, do ponto de vista da produção de mais-valia, objetivo central da produção de mercadorias em que uma massa de trabalho é explorada pelo capital, não faz diferença alguma se o trabalho é material/físico ou imaterial/não físico. Trata-se apenas de trabalho abstrato (Amorim, 2014). A mesma questão pode ser aplicada à expressão "trabalho digital". De fato, não existe trabalho que seja digital, pois trabalho é uma atividade humana. Essa expressão é usada aqui como sinônimo e síntese de trabalho mediado por tecnologias digitais. A nosso ver, a noção nomeia mais uma área de estudos do que exatamente um determinado tipo de atividade.

Entre esses temas, estão as relações conceituais acerca da tecnologia e do trabalho; as transformações nos processos produtivos e no léxico do capital; os processos de plataformização[3] do trabalho, suas características gerais, bem como sua relação com a financeirização, observando-se como o empreendedorismo sustenta ideológica e culturalmente o modo de vida neoliberal na contemporaneidade.

É, portanto, na perspectiva das novas formas de trabalho, consideradas imateriais ou digitais, que analisaremos o futuro do trabalho. Em primeiro lugar, porque é com base nas TICs que antigas e novas ocupações profissionais vêm sendo organizadas e desorganizadas; em segundo, porque, de forma direta ou indireta, a lógica da produção industrial se recriou e continua a se recriar com base na exploração do conhecimento, da comunicação e da informação.

Partimos, para realizar essa análise, do pressuposto de que a indústria, como forma de produção própria do capitalismo, não foi superada nas sociedades contemporâneas e que o "advento de uma sociedade pós-industrial" está muito mais para um conto de fadas do que para uma realidade a ser observada e vivida rotineiramente. Isto é, a produção e o trabalho que se utilizam e têm como base o conhecimento, a comunicação e a informação estão longe de demarcarem uma ruptura com a produção de tipo industrial. Contrariamente, essa produção que se utiliza do conhecimento, da comunicação e da informação como forças produtivas centrais reproduz e, como veremos, radicaliza a exploração e a dominação da classe trabalhadora, mesmo que esta venha sendo chamada de parceira, empreendedora ou colaboradora.

A produção de mercadorias nas sociedades contemporâneas, nesse sentido, continua a se basear na forma industrial mesmo em situações que aparentemente colocariam em xeque esse tipo de organização da produção. Na prática, isso se mostra aparente na medida em que os princípios gerais da produção tipicamente capitalista continuam a operar de forma central. Ou seja: 1) a separação entre produtores e meios de produção, o que confere domínio e poder ao capitalista sobre o que produzir e como produzir, continua a dividir as classes sociais; 2) a cooperação como princípio geral da indústria, com a combinação de diversos tipos de trabalho, no sentido de atender ao aumento da produtividade (que pode ser aprofundada via gerenciamento algorítmico ou baseado em softwares de monitoramento e controle), se reproduz como elemento central da produção industrial; e 3) a subsunção real que ainda subordina diretamente o trabalhador coletivo à "nova maquinaria", isto é, às novas tecnologias da informação e comunicação (aplicativos e softwares), além de incorporar antigas e novas práticas laborais (saber-fazer) do trabalhador coletivo, articula e integra os trabalhadores, radicalizando a extração de mais-trabalho via cooperação.

Portanto, partimos do pressuposto de que as formas contemporâneas de trabalho, acionadas predominantemente pelas TICs, reproduzem a forma industrial de produção e, com isso, tendem a radicalizar/aprofundar a exploração do trabalho, sobretudo porque se revestem de uma aparente quebra de hierarquias produtivas que convidam os trabalhadores a serem colabora-

[3] Consideramos a plataformização do trabalho – como dependência de plataformas digitais para atividades de trabalho – como um termo, por um lado, mais situado historicamente do que a uberização, no sentido dado por Ludmila Abílio (2020), que mostra como a uberização já acontecia com revendedoras de cosméticos, por exemplo, antes da inserção das plataformas digitais. Nos termos de Abílio (2020), então, poderíamos dizer que a plataformização é o atual momento histórico da uberização. Isso não significa, por outro lado, que a plataformização seja tecnodeterminista, pois ela é a materialização de uma série de processos em curso, conforme vemos neste ensaio. Além disso, o termo plataformização é mais abrangente no atual contexto na medida em que ajuda a entender como os processos de trabalho implementados pela Uber são apenas um entre vários outros tipos em termos de plataformas digitais. Isto é, há uma diversidade de plataformas digitais e de perfis de trabalhadores não redutíveis a motoristas e entregadores.

dores e parceiros (Amorim, 2011), na medida em que acionam os dispositivos de linguagem e de autogerenciamento do trabalho (Amorim & Grazia, 2018; Figaro, 2001) para o aumento da produção.[4]

Consideramos, assim, que tecnologia e trabalho estão imbrincados historicamente. As tecnologias são expressão e materialização das relações sociais historicamente determinadas. Isso quer dizer que o desenvolvimento tecnológico, ou seja, o desenvolvimento da ciência, tecnologia e da gerência aplicadas à produção obedece às mesmas determinações de classe que o conjunto das relações sociais. Nesse sentido, as forças produtivas são expressão das relações de produção, e tais relações de produção estão fundamentalmente inseridas no marco da primeira divisão social do trabalho, ou seja, da divisão entre classes sociais.

Nesses termos, "a palavra 'técnica', desligada da essencial relação com o trabalho humano, em sua expressão mais geral, permanece no plano da abstração, no estado de ideia entificada" (Vieira Pinto, 2005, p. 177). Isso já estava posto em Marx (2013, p. 446). Em nota de rodapé de O capital, lemos: "(...) a tecnologia desvela a atitude ativa do homem [e da mulher] em relação à natureza, o processo imediato de produção de sua vida e, com isso, também de suas condições sociais de vida". As tecnologias são recheadas de "geleias de trabalho humano"[5] e, por isso, apresentam uma dimensão muito concreta e material. Por isso, não existe, por si, uma "era tecnológica" ou uma "explosão tecnológica", pois os seres humanos sempre desenvolveram tecnologias a partir de suas atividades de trabalho. Essa perspectiva nos ajuda a não desistoricizar a tecnologia, como se ela fosse sempre algo "novo".

As tecnologias são objetivações de relações sociais pretéritas usadas na produção de mercadorias. Nesse sentido, toda e qualquer tecnologia leva consigo a determinação histórica na qual ela foi confeccionada. Tudo aquilo que confeccionamos para ser utilizado como um meio de produção pode, assim, ser considerado uma tecnologia. Se toda a produção se organiza com base no aumento da produtividade, quer dizer que nem todas as possibilidades para o desenvolvimento tecnológico são acionadas. Na prática, diante das muitas possibilidades, aquelas que, em sua quase totalidade, ganham vida são aquelas que fazem valer as formas de valorização e acumulação do capital.[6]

Nesses termos, as tecnologias são práticas sociomateriais que comunicam modos de existência com base nos valores contidos em suas arquiteturas e estão inseridas tanto nas interações cotidianas quanto nos processos de produção de mercadorias. Em sentido marxiano, só há valor nas tecnologias como mercadorias por conta da materialização (ou objetivação) do trabalho humano abstrato em sua produção. É por isso que se faz necessário interrogar: quais modos de existências as tecnologias auxiliam a produzir e circular no cenário contemporâneo do trabalho?

---

[4] Aqui, "aumento da produção" não está necessariamente relacionado com maior número de mercadorias produzidas, mas com o seu barateamento via redução de custos produtivos.

[5] Para parafrasear Marx (2013, p. 127), que fala do valor das mercadorias.

[6] Isso pode ser notado ao longo da história do desenvolvimento industrial no capitalismo. A cada novo processo de "inovação" (revoluções industriais, reestruturações produtivas – de âmbito tecnológico ou gerencial) se incorpora parte dos saberes dos trabalhadores. Isso pode ser visto tanto na introdução da primeira máquina-ferramenta no século XVIII na Inglaterra como na introdução dos algoritmos entre os entregadores e microtrabalhadores de plataformas digitais. Nesse sentido, a incorporação de uma nova tecnologia tende, no capitalismo, a cumprir o papel de reduzir o tempo de trabalho na medida em que intensifica/acelera o ritmo de trabalho, o que atua como um mecanismo de redução do valor da força de trabalho e, consequentemente, em seu enfraquecimento político.

Neste ensaio, procuramos mostrar como a forma industrial se reproduz no mundo do trabalho a partir das tecnologias digitais como radicalização da subsunção real, do conhecimento como força produtiva submetida ao capital, da plataformização e seus mecanismos e de uma nova linguagem como base ideológica para a radicalização da dominação e extensão da forma valor-trabalho.

2. TRANSFORMAÇÕES NOS PROCESSOS PRODUTIVOS: CONTANDO A HISTÓRIA

Nas últimas décadas, em especial após os anos 1970, diversas transformações sociais, incluindo aquelas nas relações de produção, foram implementadas tendo em vista à recuperação das taxas de lucro em queda desde os anos 1950. Destaca-se, por um lado, o advento das políticas neoliberais, as quais embasaram a introdução do modo de vida empreendedor, que se torna hegemônico pós-década de 2000, e por outro, a introdução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nos processos produtivos, permitindo a consolidação de novas práticas de gestão, controle e engajamento sobre o trabalho e sobre os trabalhadores.

Na aparência, as TICs possibilitariam maior autonomia e autorrealização dos trabalhadores envolvidos na produção e serviços, em consonância com os preceitos empreendedoristas que pressupõem a proatividade e a autoqualificação profissionais, mas na realidade são criadas e atuam como instrumentos de extração de mais-trabalho.

Um achado importante de Marx (s.d., p. 87), que já explicava no século XIX o interesse de classe que constitui e dá forma às forças produtivas, nos indica que em uma sociedade dividida em classes sociais "(...) os meios de produção apresentam-se não só como meios para a realização do trabalho, mas também, exatamente no mesmo plano, como meios para a exploração do trabalho alheio". Assim, o desenvolvimento dos meios de produção teria como seu fundamento a radicalização histórica da subordinação do trabalho ao capital.

É nesse sentido que Marx (1988) nos oferece uma descrição da passagem da manufatura à maquinaria, a qual tem por base não o determinismo das transformações das forças produtivas (ciência e tecnologia, e incluímos formas de gestão e gerência da força de trabalho) sobre as relações de produção, mas uma determinação do social, do histórico, como expressão da síntese do conjunto dos interesses sociais em presença. Dessa maneira, a introdução do sistema de máquinas nos processos de trabalho teve como objetivo desvalorizar e desqualificar a força de trabalho, ao mesmo tempo que foi expressão de uma histórica sociabilidade classista.[7]

Da mesma maneira que a maquinaria aprofunda as formas de controle e domínio da força de trabalho na indústria dos séculos XVIII e XIX, o taylor-fordismo e o toyotismo, implementados respectivamente no início do XX e a partir dos anos 1960, radicalizam esse processo de racionalização produtiva. Segundo o próprio Taylor, a racionalização produtiva ocorre a partir da separação do setor gerencial do espaço produtivo, tornando função de gerência "reunir todos os conhecimentos tradicionais que no passado possuíram os trabalhadores e então classificá-los, tabulá-los, reduzi-los a normas, leis ou fórmulas, grandemente úteis ao operário para a execução do seu trabalho diário" (Taylor, 1990, p. 40). Ou seja, busca-se controlar, de maneira "científica",

[7] Ver, por exemplo, em Amorim e Silva (2015) e Amorim e Souza (2017) um conjunto de textos que abordam a temática das classes sociais nas sociedades contemporâneas.

como cada tarefa deveria ser realizada, retirando dos trabalhadores o saber-fazer laboral. Além disso, seus preceitos de organização dos estoques, dos fluxos de peças e mercadorias, amparados por um processo de racionalização administrativa, dado pela relação entre tempos e movimentos, manifesta-se "(...) como uma linguagem, como parte visível de um projeto maior, (...) como uma construção ideológica que deveria ser universalizada" (Amorim, 2006, p. 11) e que possibilita não apenas o controle das tarefas a serem realizadas, mas também a radicalização da dominação sobre a classe trabalhadora.

O fordismo, por seu turno, se apresentou como uma extensão do taylorismo, por: 1) atualizar, a partir da esteira mecânica, as formas de controle sobre a produção de mercadorias; 2) pautar-se pela produção e pelo consumo em massa; e 3) caracterizar-se como um modo de vida e de organização social, isto é, não se restringindo apenas a um conjunto de práticas tecnológicas aplicadas à produção. Nesse sentido, ao incrementar a produção, o taylor-fordismo carregava consigo a ideologia do progresso técnico e a ideia de que o desenvolvimento social estaria plasmado à produtividade industrial (Gramsci, 2004).

O binômio taylor-fordista se concretizou, assim, como prática hegemônica de controle sobre o trabalho nos países centrais do capitalismo durante o período compreendido entre o pós-Segunda Guerra Mundial e a década de 1970. No entanto, a partir de meados de 1970, foram adotadas medidas visando a reversão da forte crise de crescimento da taxa de lucro experimentada nas décadas anteriores (Harvey, 1993, p. 153-240)[8] caracterizadas pelo pacto fordista.[9] Nesse contexto histórico, o advento do toyotismo apresentou-se como uma resposta, por parte do capital, à crise do Estado de bem-estar social, recorrendo, para tanto, a estratégias de produção ditas mais enxutas, "científicas", cognitivas e que demandariam a participação ativa e o engajamento constante dos trabalhadores.

Impôs-se, assim, com a introdução do toyotismo, um novo perfil de trabalhador e, como consequência, uma nova forma de adestramento técnico e social que remete, entre outras questões, a aspectos vinculados ao uso seriado das capacidades cognitivas dos trabalhadores nos processos de trabalho.[10]

Nesse sentido, observamos historicamente, grosso modo, que o toyotismo não supera paradigmaticamente o taylor-fordismo. Contrariamente, ele o reproduz, radicalizando seus princípios centrais de prescrição de tarefas, e, além disso, delega ao trabalhador coletivo maior responsabilidade, sobretudo com relação ao autodisciplinamento e autotaylorização (Amorim & Grazia; 2018), bem como reproduz as características típicas da produção industrial, como a forma cooperativa-industrial da qual o capital se apropria sem custos.

No bojo das transformações produtivas realizadas a partir de 1970, surgem diversas formulações teóricas que questionam o trabalho e a produção industrial como elementos centrais da sociabilidade capitalista, especialmente por conta das "novas" formas de organização da produção (imaterial, digital ou cognitiva). Assim, estruturam-se as teorias da sociedade pós-indus-

[8] Destacamos que no Brasil o taylor-fordismo existiu apenas como forma gerencial do processo de trabalho, sendo impulsionado por um Estado autoritário e ditatorial, não se constituindo, portanto, um pacto-fordista. Já nos países europeus, a existência de Estados liberais, a autonomia dos sindicatos e as políticas keynesianas permitiram a consolidação de um Estado de bem-estar social. Sobre o fordismo brasileiro, ver: Silva, 1991.

[9] Ver Bihr, 1998.

[10] Importante salientarmos que, em nossa leitura, o taylor-fordismo e o toyotismo não podem ser compreendidos como modelos produtivos, mas sim como produtos singulares da luta de classes em cada formação social.

trial,[11] defendendo a ideia de que a sociabilidade e os conflitos sociais presentes e que se constituem nesse período histórico seriam radicalmente distintos daqueles oriundos do antagonismo capital versus trabalho, o qual teria estruturado as sociedades ocidentais desde o século XVIII até o declínio do Estado de bem-estar social.

Nesse sentido, as análises pautadas pela centralidade do trabalho e das classes sociais, dominantes até 1970, são questionadas, devido aos processos de heterogeneização profissional, diferenciações sociais e culturais e interesses identitários. O pressuposto mais vigoroso, portanto, dessas teorias é o de que o centro sociabilizador das sociedades contemporâneas não seria mais o trabalho (manual). Tais princípios também estão presentes nas teorias do trabalho imaterial, sobretudo entre aquelas teorias que identificam a produção imaterial como portadora de uma marca anticapitalista, fruto do entendimento de que a produção imaterial seria imensurável, superando, tendencialmente, o processo de valorização do capital (Lazzarato, 1992, 1993; Negri, 1992, 2003; Gorz, 2002, 2005; Vercellone, 2002, 2009).[12]

Segundo esse conjunto de autores, o trabalho estaria em marcha para se tornar predominantemente imaterial ou cognitivo, isto é, não repetitivo, nem seriado ou parcializado, e baseado no conhecimento. Em contraposição ao trabalho taylor-fordista, esse novo modo de se produzir seria fundamentado na cognição e na intelectualidade do trabalhador; o conhecimento passa, então, a ser compreendido como a principal força produtiva da contemporaneidade, sendo essa força produtiva essencialmente diferente das outras, dado o seu caráter formativo, criativo e intelectual.

Como consequência, a produção foi caracterizada como imensurável, pois não seria mais possível medir o tempo de trabalho socialmente necessário à produção que se utiliza do trabalho imaterial. Como os autores da economia do conhecimento preveem a substituição tendencial do trabalho material pelo imaterial, a consequência imediata é o abandono da teoria do valor-trabalho de Marx e a construção de uma análise pautada em um radical relativismo. Nesses termos, e projetando o crescimento da produção que se utiliza das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), a lógica produtiva imaterial/cognitiva substituiria tendencialmente a produção capitalista e, consequentemente, o modo de produção capitalista, o que, destaca-se, não se apresentou até o momento e, como demonstraremos, não se apresentará.[13]

De nossa parte, entendemos que não há nada de especial e essencial no conhecimento a ponto dele ser compreendido como uma força produtiva que poderia por si só colocar a valorização do capital, baseada na produção de mercadorias, em xeque. Em artigos já antigos e também recentes, os autores (Gorz, 2005; Hardt & Negri, 2001, 2005, 2017) que propagam a tese da economia

[11] *Grosso modo*, as teorias da sociedade pós-industrial pressupõem que teria havido um esgotamento das sociedades industriais, sobretudo por conta do desenvolvimento de atividades sociais predominantemente exteriores à esfera da produção fabril e, portanto, presentes na sociedade civil. Com isso, os serviços (Offe, 1989), o conhecimento (Bell, 1973), a informação (Castells, 1999), as atividades intelectuais (Gouldner, 1979), a afluência econômica e a cultura (Inglehart, 1977) e a ação comunicativa (Habermas, 1987) passariam a ser os elementos centrais para o processo de sociabilização, e o trabalho e a classe social se tornariam de pouca ou sem nenhuma importância na construção de identidades sociais, étnicas, políticas, ideológicas ou simbólicas, constituindo-se assim a sociedade pós-industrial (Touraine, 1969).

[12] Tais análises têm a sua versão mais estruturada em *O imaterial*, de André Gorz (2005).

[13] Mesmo que o argumento de Huws (2011) seja intermediário em relação ao que desenvolvemos aqui, é também importante destacar que, mesmo se considerarmos a economia do imaterial como algo central, ela ainda depende da materialidade (fisicidade) de outras mercadorias para serem criadas, desenvolvidas, produzidas, transportadas e vendidas.

do conhecimento identificam nele uma característica específica que não permitiria a sua racionalização, tornando-o um tipo de força produtiva em si politicamente anticapitalista.

Haveria, assim, algo ainda não claramente explicado no conhecimento, que o faria ser ao mesmo tempo a força produtiva central da qual o capital se utiliza para se valorizar e seu principal algoz.[14] Esse "algo" até o momento não apresentou sua face anticapitalista. Na prática, o que vemos é o capital avançar por todas as fronteiras nas quais o conhecimento, a informação e a comunicação estão presentes.

De teleoperadores, professores e programadores de software a tradutores e microtrabalhadores, o que se vê é um trabalho no qual o conhecimento se situa como força produtiva central, mas apenas para a valorização do capital e de sua acumulação, sobretudo se observamos como o capital avança, através das TICs, em implementar processos de trabalho nos quais cada vez mais está presente a autoexploração, a autotaylorização ou o autogerenciamento (Amorim & Grazia, 2018; Abílio, 2019) individual e coletivo do trabalho.

3. EMPREENDEDORISMO E NEOLIBERALISMO

Essas características estão em consonância com as transformações sociais recentes do capitalismo que tornaram o empreendedorismo um componente central do modo de vida[15] neoliberal (Amorim, Moda & Mevis, mimeo), tendo como consequência maior subordinação da classe trabalhadora aos ritmos, anseios, desejos e interesses do capital.

A hegemonia do modo de vida neoliberal estaria, assim, embasada em uma mudança acerca da figura e dos aspectos que conformam quem seria ou não um empreendedor em nossa sociedade. Se até a década de 1970 o empreendedor era o sujeito da mudança e da inovação, sendo considerado um indivíduo singular e capaz de mobilizar grandes quantidades de capital para a inovação e o desenvolvimento do capitalismo (Schumpeter, 1997; Weber, 2004), atualmente essa noção é alargada/ampliada/amplificada, passando o empreendedor a ser identificado em diversas situações de trabalho que, em sua maioria, estão vinculadas a diferentes modos de trabalhos informais ou à propriedade jurídica de nano, micro ou pequenas empresas.

Assim, se até os anos 1970 o estereótipo de empreendedor bem-sucedido fora identificado com o do grande empresário, detentor de propriedades privadas, nas últimas décadas passou-se

[14] Esse tipo de trabalho, segundo Gorz (2005), passaria, contrariamente ao trabalho manual, a acionar a criatividade, rapidez de raciocínio, responsabilidade de comandos decisórios e as formas de intelecção do trabalhador, fazendo surgir uma "economia do conhecimento". Essa economia do conhecimento seria, com isso, "(...) a principal fonte de valor e de lucro, e assim (...) a principal forma de trabalho" das sociedades contemporâneas (Gorz, 2005, p. 29). No entanto, tais atividades teriam uma dupla dimensão: ao mesmo tempo que se tornariam fonte do valor, se apresentariam como imensuráveis, haja vista que o conhecimento, fundamento dessa atividade, "não é mais redutível a uma quantidade de trabalho abstrato" (Gorz, 2005, p. 29). Dessa forma, esse caráter peculiar dos trabalhos imateriais e cognitivos foi considerado como fruto do conteúdo intelectual heterogêneo que tal atividade inscreve. Portanto, Gorz procura distinguir a imaterialidade do trabalho no exato oposto do trabalho manual, sendo este último um trabalho no qual a dimensão cognitiva estaria completamente ausente e no qual a homogeneidade de funções prevaleceria (Amorim, 2014).

[15] O conceito de modo de vida é desenvolvido por Gramsci em *Americanismo e fordismo* (2004) Nesta obra, o autor relaciona o conceito de modo de vida ao conceito de modo de produção (Marx & Engels, 2007), destacando como as transformações nos processos laborais ocorrem conjuntamente com a formação de "um novo tipo humano" (Gramsci, 2004), adaptado psicofisicamente às necessidades da reprodução capitalista naquela conjuntura. Desse modo, o autor compreende de maneira imbricada a organização do processo produtivo e da vida social que o circunscreve, pois novas formas de produção estão plasmadas por novas formas de agir, sentir e pensar, ou seja, de se reproduzir socialmente. Essa indicação feita pelo autor sobre a imbricação entre as transformações produtivas e formas de reprodução social nos confere um importante embasamento para a problematização da relação existente entre as TICs e o empreendedorismo quando nos referimos à exploração do trabalho na contemporaneidade.

a aceitar uma multiplicidade de modos de empreender, criando condições para que todos possam, e devam, mesmo que aparentemente, ser empreendedores, o que, por fim, tende a valorizar os trabalhadores que garantam de maneira autônoma, ou seja, sem apoio estatal ou de convenções coletivas, a sua reprodução social.

As transformações na figura do empreendedor têm como pano de fundo teórico as formulações desenvolvidas por Ludwig von Mises (2010), nos anos 1920, e Friedrich Hayek (1987), nos anos 1940, as quais realizam uma crítica ao intervencionismo estatal, defendendo a ideia de que a organização natural do mercado seria condição necessária para a liberdade individual, sendo esta a base do neoliberalismo. Segundo Harvey (2008, p. 12), para o neoliberalismo o bem-estar humano é decorrente do desenvolvimento das capacidades empreendedoras individuais, o que seria realizado com base em arranjos institucionais que favoreçam a iniciativa privada, os livres mercados e o livre comércio. Como consequência, o neoliberalismo postula que o mercado teria maior capacidade de garantir o desenvolvimento social quando comparado à planificação econômica estatal, fazendo com que sejam adotadas medidas para flexibilizar ou erradicar todas as leis existentes que visem a garantia dos direitos sociais, como as trabalhistas, já que tais ações acabariam por distorcer o funcionamento natural do mercado, desestimulando a meritocracia individual.[16]

Assim, essa nova fase do empreendedorismo é marcada pela extensão "(d)a lógica do mercado muito além das fronteiras estritas do mercado, em especial produzindo uma subjetividade contábil pela criação da concorrência sistemática entre todos os indivíduos" (Dardot & Laval, 2016, p. 30).[17] O empreendedorismo aparenta ter, dessa forma, um duplo papel: ao mesmo tempo que se apresenta como alternativa para o desemprego, cria a ideia de autonomia de gestão da vida e do trabalho junto aos trabalhadores. Entretanto, o empreendedorismo não é uma alternativa ou uma escolha individual, mas uma saída precarizada para o(a) trabalhador(a) ante taxas tão expressivas de informalidade e desemprego como as que vêm operando, por exemplo,

[16] A teoria do capital humano (Becker, 1964; Schultz, 1973) tem centralidade para compreendermos como se estrutura essa nova versão do empreendedorismo. Para essa teoria, os trabalhadores devem investir continuamente em suas capacidades adquiridas, o que ocorre principalmente a partir da formação educacional, visando a aumentar o seu valor no mercado, ou seja: os trabalhadores que se autovalorizarem de maneira mais efetiva teriam maiores chances de aumentarem a sua renda. Ao vincular à força de trabalho as mesmas características do capital, como sua capacidade de valorização, tal teoria abriu margem para a equiparação dos trabalhadores a uma microempresa (Salgado, 2016, p. 31).

[17] Tal definição guarda bastante relação com o pensamento desenvolvido por Foucault (2008) para analisar o neoliberalismo estadunidense que, segundo ele, tem como um dos seus centros a teoria do capital humano, sendo ela responsável por realizar "a incursão da análise econômica num campo até então inexplorado e, segundo, a partir daí e a partir dessa incursão, a possibilidade de reinterpretar em termos econômicos e em termos estritamente econômicos todo um campo que, até então, podia ser considerado, e era de fato considerado, não-econômico" (Foucault, 2008, p. 302). Para Dardot e Laval, uma das principais características do sujeito neoliberal é a internalização da lógica empresarial, sendo que "(...) a grande inovação da tecnologia neoliberal é vincular diretamente a maneira como um homem 'é governado' à maneira como ele próprio 'se governa'" (Dardot & Laval, 2016, p. 333). Para os autores, esse controle das mentes se diferencia do controle exercido sobre o homem econômico clássico, no qual "a divisão do trabalho, que repartia os corpos e distribuía os gestos, de certo modo era o paradigma da gestão dos sujeitos" (Dardot & Laval, 2016, p. 357), com "antigas disciplinas que se destinavam, pela coerção, a adestrar os corpos e a dobrar os espíritos" (Dardot & Laval, 2016, p. 327). Analisamos criticamente essas afirmações, já que, em nosso ponto de vista, em ambos os períodos históricos estudados por Dardot e Laval, as formas de controle se direcionam à conformação de corpos e mentes. Isto é, rejeitamos a tese segundo a qual o período que se inicia nos anos 1970 se caracterizaria por uma captura da subjetividade, enquanto no anterior essa "captura" estaria ausente ou mesmo fragilmente posta. Trata-se, em outros termos, da constituição de duas subjetividades distintas e funcionais aos interesses dominantes em cada uma dessas conjunturas. Por fim, é importante salientar que Brown (2003) já havia anteriormente apontado um caminho analítico muito próximo ao de Dardot e Laval.

na sociedade brasileira nas últimas décadas.[18] Diante disso, o discurso do empresário de si se apresenta como uma ideologia neoliberal que visa, na prática, a reduzir custos produtivos com trabalhadores formais.

Para a classe trabalhadora, a difusão da lógica mercantil tem como consequência a transformação dos trabalhadores em empresários-de-si, os quais concorrem, cada vez mais desprovidos de direitos trabalhistas, no mercado. Dessa maneira, ao promover um novo consenso social baseado na tese de que todos podem e devem ser empreendedores, o capital aprofunda a flexibilização do trabalho, desfigura convenções coletivas de trabalho e de seguridade social, rompendo com mais uma das amarras que, em parte, limitava a exploração contemporânea do trabalho.

A esse cenário de transformações no mundo do trabalho e no modo de vida da classe trabalhadora acrescenta-se um outro componente ideológico que embala as transformações a partir das mudanças no próprio léxico do capital em circulação.

4. TRANSFORMAÇÕES NO LÉXICO DO CAPITAL: Recontando a história

O capital circula também como linguagem, isto é, ideologias que sustentam o modo de ser capitalista, sedimentando os sentidos[19] hegemônicos e provocando consensos. Isto é, os signos também circulam como mercadorias. Tanto a circulação de mercadorias quanto a de sentidos fazem parte do regime de signos linguísticos (Rossi-Landi, 1985). A renovação da linguagem, como forma de capital, é a base ideológica para a radicalização da dominação e da extensão da forma-valor-trabalho.

Podemos considerar que o valor da linguagem na circulação do capital reside em sua circulação, como narrativas que regulam e legitimam modos de ser e aparecer do capital em contexto de capitalismo de plataformas digitais, por meio de expressões sedutoras, tais como: "indústria 4.0", inteligência artificial, "quarta revolução industrial", entre outras.

Assim, os signos do capital são produzidos em determinados contextos – conectados a mercados linguísticos e aos circuitos do trabalho – de maneira a serem colocados não como uma visão específica de quem produz os signos, mas como algo "natural" e totalizante. Isso quer dizer que a circulação incessante dos signos do capital é o próprio capital desses signos. É na circulação que ocorre a sedimentação de uma gramática do capital imposta a todos como única possibilidade de sobreviver no mundo. A linguagem perpassa toda a economia capitalista, produzindo formas de organização e rearticulando espaços de produção. Nessa relação entre capital e linguagem, há processos produtivos que buscam maximizar a circulação de informações a fim de atender às demandas do mercado (Marazzi, 2011).

O capital cristaliza, com isso, sentidos por meio da circulação de uma nova gramática. Isso se dá a partir da sedimentação e na cristalização de sentidos de seus signos circulantes, em jogos

[18] A última PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, publicada em outubro de 2020, indica um montante de 13,8 milhões de pessoas desempregadas com uma taxa de 14,4% para o terceiro semestre de 2020 (jun.-ago.). Um recorde desde o início da série histórica em 2012. Além disso, a taxa de informalidade bateu 38%, com 31 milhões de trabalhadores informais (sem nenhuma proteção ou direito trabalhista).

[19] A linguagem produz sentidos sobre a vida material dos sujeitos sociais. A sedimentação das ideologias ocorre por meio da circulação de sentidos sobre todos os aspectos da vida social – por exemplo, o que é ser alguém de sucesso, quais os significados ideais de trabalho. Há lutas pelos sentidos hegemônicos e há tentativas de frear possibilidades de ressignificação, o que chamamos de "fechamento de sentidos". Para mais informações, conferir Grohmann (2020a).

de repetição e reatualização, como verdadeiros "mantras", em uma gramática legitimadora dos modos de ser e aparecer do capital nas distintas instâncias da vida social. A partir de palavras-chave que funcionam como "palavras de ordem", vão-se costurando narrativas que não só justificam a racionalidade neoliberal como a apresentam como a única possível.

As narrativas empreendedoras são, assim, formas de sedimentação comunicacional do capitalismo. Inspiração, "atitude de dono", *mindset*, performance, resiliência, proatividade, inovação, engajamento, criatividade, *compliance*, *coach* são palavras de ordem na gramática do capital em circulação, como um modo legítimo e único de pensar a vida em sociedade.[20]

O que queremos enfatizar é que se há mercado linguístico, isso só acontece atualmente porque envolve a circulação pelos dispositivos comunicacionais mais variados – e, justamente, pela repetição à exaustão na multiplicidade de telas, tweets e memes que há a sedimentação desse modo de pensar específico – neoliberal – alçado como se fosse universalidade. Jornalismo, publicidade, vídeos no Youtube, distintas plataformas digitais, LinkedIn e interações midiatizadas, entrecruzadas, formam palco para a sedimentação dessas narrativas.

Como fórmulas convocatórias,[21] os signos do capital estrangulam os múltiplos sentidos das expressões originais, impondo um sentido restrito, mas que deve ser aplicado a todas as pessoas, como um referente não só social, mas universal. A palavra "inovação", por exemplo, é polissêmica e pode significar inovação social, política, econômica, sendo algo atrelado à atividade humana. Contudo, ela é ressignificada de modo que o sentido preferencial de inovação seja relacionado à tecnologia e ao empreendedorismo.

Os discursos sobre a inovação apresentam impactos ideológicos e culturais na legitimação do sistema. Isso funciona mediante "fechamentos discursivos", de modo a ajustar os sentidos à gramática do capital. Os seus signos, ao circularem, vão não só capturando os sentidos, mas aproximando os diferentes signos ao redor de sua órbita, em um mesmo campo semântico. Experimente acrescentar expressões como "gestão" ou "gestão estratégica" a qualquer outro signo: trata-se de um valor – linguístico e econômico – adicionado, como uma marca legitimadora dos modos de aparecer do capital, isto é, um carimbo de verificação. A memória discursiva dos signos do capital é, portanto, atualizada a partir de sua constante circulação e também por seu fechamento de sentidos.

Acrescentamos a isso uma ressemantização das expressões, de um vocabulário outrora vinculado a lutas políticas e sociais, como signos de resistência e críticas às relações de poder, a uma

[20] Bihr (2017) em análise do que chama de *novlangue néoliberále*, sobre a retórica do fetichismo do capitalismo, faz uma analogia com a ideia de *novilíngua* de George Orwell, elaborada no romance *1984*. Com base nessa ideia, aponta para os procedimentos retóricos pelos quais podem ser obtidos efeitos ideológicos. Na trama *orwelliana*, o partido no poder impõe a criação de uma nova língua que tem por efeito tornar impossível qualquer dúvida, qualquer reflexão autônoma, privando os indivíduos de condições de contestação intelectual, linguística e psicológica. Para Bihr, o crédito e a confiança que o discurso neoliberal recebe no debate público não ocorrem por suas virtudes, mas sim por seu escopo ideológico. Mascaram-se por meio dele políticas de classe, fortalecendo a dominação capitalista e obscurecendo a percepção dos trabalhadores acerca dessa dominação. Uma das formas pelas quais isso ocorre é por meio da *obliteração* de sentido, ao tornar determinado significado inacessível ou impraticável, impedindo, portanto, o pensamento em certos termos ou expressões.

[21] Essas fórmulas funcionam de modo a servir para quaisquer sujeitos em quaisquer épocas ou espaços. São expurgadas práticas históricas de renda, gênero, raça, trajetórias e marcadores sociais de desigualdades e diferenças. São adaptáveis a quaisquer momentos e situações, desde o mascaramento/a invisibilização da informalidade e precariedade do trabalho (como a "guerreira empreendedora que vende bolo de pote") ou aplicações a outras áreas da vida ("inove no amor", "seja a melhor versão de você mesmo", "seja um empreendedor também em seus momentos de lazer"). Essa é a embalagem discursiva do capitalismo de plataforma.

gramática higienizada e "alinhada" à retórica do capital. Isso ocorre, por exemplo, em relação à noção de engajamento, que passa de algo que é sinônimo de transformação social e luta política para a ideia de "alinhamento", esterilizando sentidos que haviam sido historicamente construídos. Algo semelhante acontece com a expressão "empoderamento". Os sentidos ainda não estão totalmente estabilizados, mas em disputa. Contudo, são reapropriados como se fossem mesmo da lógica e do predomínio do capital.

O "amor pelo trabalho" – ou o "trabalho afetivo como ideologia" – também é parte da gramática do capital como dispositivo de distinção e legitimação de mérito. Faz parte das competências e habilidades requeridas pelo trabalhador para gestão de si mesmo como portfólio que está disponível em todos os momentos e plataformas. É o privilégio de se colocar discursivamente como sujeito desinteressado nas lógicas econômicas, mas interessado nas questões simbólicas e afetivas.

Assim, os signos do capital funcionam como índices de desempenho e cartão de visita sobre a posição dos sujeitos no mundo. A gramática circulante funciona, então, sob a égide de que tudo deve servir para lógicas rentáveis. À circulação dos signos como discursos, acrescenta-se a circulação das métricas como lógicas de desempenho e avaliação com mecanismos de (auto) vigilância. Mediante essas lógicas de eficiência e eficácia, é a própria noção de sujeito político que se modifica. Os sujeitos não devem somente aderir aos signos do capital, mas inspirar-se e motivar-se a partir deles. "Vender-se" como sujeito de mercado em todos os lugares. Essa constante reiteração por parte do sistema é não só a certeza de que haja não apenas uma adesão, mas um envolvimento ativo – inspirado e motivado – como parte de uma gestão da alma (Dardot & Laval, 2016).

Nesse contexto – do ponto de vista tanto das ideologias quanto dos processos produtivos – que embala o modo de vida neoliberal, podemos compreender a centralidade do trabalho em plataformas digitais ou da plataformização do trabalho no cenário contemporâneo.

5. PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO

Os impactos das plataformas digitais no gerenciamento da força de trabalho trouxeram novas problematizações aos estudos sobre o trabalho. A crescente dependência de plataformas digitais para executar atividades de trabalho tem sido chamada de plataformização do trabalho (Grohmann, 2020b). Ela envolve lógicas algorítmicas e dataficadas enredadas no processo de financeirização, considerando suas inter-relações.[22]

Mas o que são plataformas? Infraestruturas digitais que possibilitam interações entre grupos, com uma série de dispositivos que permitem aos usuários a construção de seus próprios produtos e serviços, provendo uma infraestrutura básica para realizar a mediação entre diferentes grupos (Srnicek, 2017). Não são neutras nem livres de valores, vindo com normas inscritas em suas arquiteturas. De forma central, são alimentadas por dados e automatizadas por meio de algoritmos (Van Dijck, Poell & De Waal, 2018). Além disso, são formalizadas por relações de propriedade, guiadas por modelos de negócios e governadas por meio de termos de acordo dos usuários.

As plataformas, em seus mais variados tipos, por um lado são a concretização da acumulação e extração de valor a partir dos mecanismos de dados e das mediações algorítmicas; por outro,

[22] As inter-relações entre esses processos podem ser conferidas em Grohmann (2019).

significam sua face mais visível (ou interface amigável), infiltrando-se nas práticas sociais com a promessa de oferecer serviços personalizados e causando dependência de suas infraestruturas na web e em diversos setores da sociedade.

Em geral, as plataformas digitais são mantidas por empresas-aplicativo (Abílio, 2017), registradas no setor de tecnologia e que se colocam como mediadoras do "encontro" entre prestadores de serviço e consumidores, cobrando um valor pela realização desse "encontro". Nessas empresas, não é estipulada a jornada de trabalho, sendo todos os trabalhadores considerados como prestadores autônomos de serviços, com suas remunerações variáveis, tendo por base o número de trabalhos/tarefas por eles realizados.[23] Além disso, os riscos e custos existentes na prestação desse serviço, como os envolvidos na aquisição das ferramentas necessárias para execução das atividades laborais, são transferidos aos trabalhadores, retirando assim todas as garantias presentes nas relações de trabalho, como, por exemplo, a regularidade do assalariamento e o acesso a direitos trabalhistas (Abílio, 2017; Slee, 2017). As dinâmicas de plataformização do trabalho normalmente envolvem, de acordo com o relatório de Huws et al. (2019) sobre 13 países europeus, trabalho precário, redução da autonomia do trabalhador (em geral, não chamado de trabalhador, mas "contratado independente") e flexibilidade somente para o empregador.

Podemos fazer uma delimitação inicial das plataformas digitais de trabalho existentes da seguinte maneira: 1) as plataformas nas quais o valor do serviço e o trabalhador que realizará a atividade são determinados exclusivamente pela plataforma digital, guardando o termo "trabalho por aplicativo" para se referir a essa categoria; 2) as plataformas nas quais os usuários cadastram um serviço e os trabalhadores negociam com o demandante as condições para a sua realização, com o consumidor podendo escolher o profissional que lhe fizer a proposta mais vantajosa, utilizando o termo "plataforma freelance"; 3) as plataformas de microtrabalho, nas quais os trabalhadores realizam, sob demanda e por meio de incentivos econômicos mínimos, microtarefas, isto é, atividades rotineiras e fragmentadas que poderiam ser realizadas por máquinas, com o aperfeiçoamento de algoritmos e a alimentação de bancos de dados,[24] para plataformas globais de inteligência artificial. Cada um desses tipos revela diferentes relações com o trabalho em plataformas, com possibilidades de distintas condições de trabalho (e perfis de trabalhadores), processos produtivos, apropriação de valor, gestão algorítmica do trabalho e formas de controle do trabalhador.

Um mecanismo central da organização do trabalho em plataformas digitais é o gerenciamento algorítmico, entendido como "práticas de supervisão, governança e controle conduzidas por algoritmos em trabalhadores de forma remota" (Mölhmann & Zalmanson, 2017, p. 4), com os algoritmos reconfigurando as atividades de trabalho e sendo um componente crucial do trabalho mediado por plataformas. Suas formas de pressão e controle são distintas, dependendo do

[23] Apesar de não ter se tornado hegemônico no modo de produção capitalista, o assalariamento por peça era um dos princípios do taylorismo (Taylor, 1990, p. 88-89). Entretanto, o salário por peça se constituiu e segue como um importante instrumento para aumentar a produtividade do trabalho. Alguns estudos sobre a indústria têxtil (Abreu & Sorj, 1993, p. 51-52) e a agroindústria canavieira (Tavares & Trindade de Lima, 2009, p. 173), por exemplo, demonstram como essa forma de assalariamento se conforma tanto como uma forma de controle sobre o trabalho quanto como um meio para o aumento de sua produtividade, apesar de muitas vezes ser classificado como um modelo de remuneração que aumenta a liberdade dos trabalhadores.

[24] Propormos essa tipologia por compreendermos que cada uma dessas modalidades de plataformas digitais gerencia de maneira diferente a força de trabalho, nos possibilitando assim compreender a totalidade das práticas gerenciais existentes nos trabalhos chamados plataformizados. Outras propostas tipológicas podem ser encontradas em: De Stefano (2015), Grohmann (2020b) e Scholz (2016).

tipo de plataforma de trabalho – com especificidades, por exemplo, nas atividades de um entregador do iFood e de um "treinador de dados" na Amazon Mechanical Turk.

Em linhas gerais, as características do gerenciamento algorítmico do trabalho são: 1) o rastreamento e a avaliação permanentes do comportamento e do desempenho dos trabalhadores; 2) a automatização de decisões por meio de algoritmos; e 3) a menor transparência algorítmica, com os trabalhadores sem acesso ao conjunto de regras que regem os algoritmos.

Desde o momento em que ligam seus aplicativos, motoristas e entregadores, por exemplo, são perfilados e diversos cálculos algorítmicos modulam e antecipam seus comportamentos, ação que segue ocorrendo durante toda a realização do seu trabalho. O acompanhamento remoto constante de cada trabalhador, com os dados captados e analisados pelas empresas, permite que seja atualizada a gerência taylorista, pois os cálculos algorítmicos automatizam o processo de prescrever, de maneira exata e em tempo real, como a atividade de cada trabalhador deve ser desempenhada. A novidade, assim, é que o acompanhamento sobre como as tarefas estão sendo realizadas passa a ocorrer de forma imediata, punindo todo e qualquer desvio do que fora estipulado pela gerência, muitas vezes financeiramente, aumentando assim a vigilância existente sobre o trabalho (Woodcock, 2020).

A vigilância sobre os trabalhadores faz parte desse contexto, com o monitoramento de interações dos trabalhadores e gerenciamento do comportamento dos trabalhadores por meio de dados. Tais práticas de vigilância são históricas em relação aos trabalhadores. A novidade reside no uso de softwares para monitorar todas as atividades dos trabalhadores, especialmente em contexto remoto. Esses aspectos de vigilância envolvem captura de dados em relação à geolocalização e todas as atividades de trabalhadores nos ambientes digitais, especialmente o tempo dedicado a cada tarefa – desde a resposta para um e-mail até a execução de determinada atividade. Ou seja, a vigilância sobre os trabalhadores por meio de plataformas digitais é, de alguma forma, a atualização do controle sobre o tempo de trabalho (Wajcman, 2015).

Já a automatização de decisões no gerenciamento algorítmico do trabalho afeta inclusive os trabalhadores em situação de desemprego, pois intensifica a automatização dos sistemas de contratação e seleção de trabalhadores, ocorrendo vieses algorítmicos de gênero e raça nesses processos (Eubanks, 2018).[25] A isso acrescentamos como aspectos do gerenciamento algorítmico do trabalho: 1) gerenciamento de dados e metadados por meio de plataformas globais impactando trabalhadores e legislações locais; 2) gamificação[26] do trabalho, entendida por Woodcock (2019), a exemplo da aplicação de elementos de games a partir de imperativos da área de negócios, como uma "gamificação vinda de cima", redesenhando temporalidades e espacialidades; 3) intensificação das sensações de autonomia/independência no trabalho em meio ao fato de o

[25] Os vieses algorítmicos são compreendidos como as normas e os valores encarnados nas tecnologias. Nos últimos anos, uma série de pesquisadores tem estudado como os algoritmos reproduzem desigualdades de raça e gênero, como Noble (2018) e Silva (2019), inclusive cunhando o termo racismo algorítmico. Como os algoritmos só podem funcionar a partir de dados do passado, eles acabam por reproduzir padrões históricos de desigualdade. Isso é especialmente relevante nos serviços públicos e na contratação de pessoas, como mostra Eubanks (2018), pois, ao automatizar a seleção de pessoas para uma vaga de emprego, há a reprodução dos mecanismos históricos de exclusão, como experiências passadas, lugares onde estudou, entre outros fatores.

[26] Gamificação e rastreamento permanente são a concretização de um trabalhador quantificado com base em métricas de *performance* e desempenho geridas por algoritmos, com as técnicas de gestão indo além do sujeito a "transcender-se pela empresa" ou "motivar-se cada vez mais para satisfazer o cliente" (Dardot & Laval, 2016, p. 331). Trata-se do transcender-se e motivar-se por si mesmo mediante suas próprias métricas, como mecanismos de autocoerção e autoculpabilização vistos como espírito empreendedor e empresa de si mesmo. É a automatização das lógicas neoliberais – gerenciadas a partir de mecanismos, a um só tempo, algorítmicos e financeiros.

chefe ser supostamente um "sistema", um "aplicativo", e não uma "pessoa" – isto é, o imaginário algorítmico de neutralidade e objetividade atuando em forte relação com o ideário neoliberal de empreendedorismo que envolve gestão de desempenho, eficácia e lógicas de avaliação.

O gerenciamento algorítmico opera, por exemplo, entre as plataformas digitais de entrega de delivery. As práticas de subordinação desempenhadas por essas empresas têm por base o gerenciamento algorítmico realizado pelos aplicativos. A introdução dessa nova modalidade de TICs permite aumentar a flexibilidade dos processos de trabalho, implementando uma nova forma de gestão da força de trabalho para recuperar as taxas de lucro que estavam em baixa desde a crise econômica de 2008 (Srnicek, 2017).

O objetivo é alterar a relação entre trabalho vivo e morto para reduzir a presença do trabalho vivo e diminuir cada vez mais a intervenção direta do trabalhador ao objetivar seus saberes na forma de prescrição de tarefas. Nesse sentido, é mais uma forma de incorporar o saber-fazer dos trabalhadores às máquinas (no caso, o software), aumentando o poder de controle do capital e, com isso, a subsunção real do trabalho em relação ao capital.

As modificações gerenciais implementadas a partir da utilização de aplicativos não apenas afetam a produtividade do trabalhador individual, já que os motoristas não atuam como indivíduos dispersos e isolados, mas também conformam uma força produtiva social, um trabalhador coletivo, com cada trabalhador sendo parte integrante "de um organismo ativo que acrescenta novas potências sociais à capacidade de trabalho de cada um" (Rosdolsky, 2001, p. 201), isto é, reproduzindo a lógica de organização cooperativa da qual o capital se apropria sem custo.[27] Assim, a gerência algorítmica realiza maior organização do trabalhador coletivo, já que a grande capacidade de reter e analisar dados dos aplicativos permite que, por exemplo, 3 milhões de motoristas ao redor do mundo tenham o seu trabalho coordenado, racionalizando de maneira mais efetiva a prestação do serviço e, consequentemente, tendo um aumento de produtividade superior à mera soma do que é extraído de cada trabalhador individualmente.

O gerenciamento algorítmico que subordina realmente o trabalhador, tanto individual quanto coletivo, atua assim como um controlador de tempos e movimentos, nos termos de Taylor (1990), deixando cada vez menor margem para os trabalhadores planejarem as suas atividades. Dessa forma, o trabalho por aplicativo segue a tendência histórica do capitalismo de aumentar o controle da empresa sobre o processo de trabalho, na medida em que nas empresas-aplicativo as plataformas e seus cálculos algorítmicos sintetizam o mando capitalista sobre os trabalhadores, agora constante e virtualmente atualizado.

Essa nova forma de controle do trabalho é realizada conjuntamente com formas bastante antigas de se organizar o trabalhar e a produção, como a exigência de que os trabalhadores tenham posse de parte das ferramentas utilizadas, visando diminuir os custos do capital sobre aquela atividade. Desse modo, tais empresas conseguem unificar, para realizar a sua exploração, o que existe de mais avançado em inovações tecnológicas, como os cálculos algorítmicos, com práticas de trabalho bastante antigas, que remetem até mesmo ao período manufatureiro, o que fundamenta uma radicalização das formas de exploração e dominação do trabalho.

E qual o futuro do trabalho? Tudo indica uma generalização da plataformização, com base no processo que Ekbia e Nardi (2017) chamam de heteromação, como um mecanismo de extração

[27] Retomando mais uma vez os argumentos de Srnicek (2017), temos que a enorme quantidade de dados retidos pelas grandes plataformas permite que elas controlem um maior número de trabalhadores, e quanto maior o número de pessoas inseridas em rede gerando dados, maior é a valorização da plataforma, um processo que favorece a criação de monopólios.

de valor no capitalismo a partir do papel humano nos processos de inteligência artificial. Isto é, os processos de decisão automatizados não conseguem ser operacionalizados sem milhares de trabalhadores atuando na produção de dados, ou seja, é necessário trabalho humano nos processos de automação. Assim, antes de uma automação completa, viveremos espremidos em uma crescente "taskificação" do trabalho em meio a microtarefas.

Contudo, isso não é somente uma consequência de transformações tecnológicas, mas, como mostra Benanav (2020), também consequência do agravamento da estagnação econômica, que explica as causas do declínio da demanda por trabalho. O que acontecerá não é o desemprego em massa, mas o crescimento contínuo do subemprego. Para Benanav (2020), lutar contra a maré em direção a um futuro mais humano dependerá dos trabalhadores recusando-se a aceitar um contínuo declínio de demanda por trabalho e a crescente desigualdade econômica que isso acarreta. Isso significa dizer que qualquer política em relação ao futuro do trabalho deve considerar que a tecnologia desempenha um papel importante, mas não é um ator isolado em meio às mudanças na organização do trabalho, ao cenário econômico e à financeirização.

6. RELAÇÕES ENTRE PLATAFORMIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

A extração de dados, como forma de capital, é um dos elementos que unem plataformização e financeirização. Isso significa a impossibilidade de se compreender o presente e o futuro do trabalho sem essa relação. Como afirma Sadowski (2019, p. 7), "quando os dados são tratados como uma forma de capital, o imperativo de coletar muitos dados a partir de muitas fontes intensifica práticas existentes de acumulação e leva à criação de novas". A acumulação de dados é também financeira e uma expropriação de recursos de outrem, quando "os dados são obtidos sem consentimento e compensação justa para produtores e fontes desses dados" (Sadowski, 2019, p. 7).

Consideramos que não é possível conceber o processo de dataficação sem o de financeirização, aqui entendida como "padrão sistêmico de riqueza" (Braga, 1997) mediante um processo de criação de excedente não explicado pela força do trabalho humano, trazendo um novo padrão de acumulação e de extração de valor no capitalismo com uma crescente assimetria entre produção e circulação do capital, além de apropriação e reconfiguração de seus fluxos. Durand (2018) trata a financeirização como fenômeno sistêmico e encarnação – não só histórica, mas espacial – do modo de produção capitalista, envolvendo pontos como liberalização financeira, complexificação dos mercados financeiros, aumento do endividamento de instituições – inclusive Estados – e sujeitos. Como componente estrutural do modo de produção capitalista, a financeirização não pode ser vista isolada dos processos políticos e sociais, especialmente o neoliberalismo. E isso, conforme Sadowski (2019), é potencializado pelas plataformas digitais.

Para usar as expressões de Marx (2017, p. 500), trata-se do "mais puro e colossal sistema de jogo e fraude [para] limitar cada vez mais o número dos poucos indivíduos que exploram a riqueza social". Dessa forma, a financeirização, ao mesmo tempo, é componente estrutural do modo de produção capitalista e atua como agente de circulação de sentidos para sedimentação e fixação da racionalidade neoliberal por todos os espaços. Essas mudanças no processo de acumulação capitalista se refletem em transformações nos processos produtivos, inclusive nas tecnologias de circulação.

É preciso salientar que o impacto da financeirização nas diferentes instituições não se dá no abstrato, mas significa uma transformação concreta na vida de diferentes sujeitos sociais, em

busca de emprego, educação ou moradia, por exemplo. Atua, pois, na vida cotidiana de diferentes famílias, no Sul e no Norte globais, de distintas maneiras. Como mostra Sciré (2011), as práticas populares de consumo também têm apresentado características financeirizadas. Van der Zwan (2014) mostra que, diferentemente de pesquisadores focados na "macroeconomia" da financeirização, as investigações acerca da "financeirização da vida cotidiana" mostram como ela opera em diferentes níveis e dimensões. Para ela, essa financeirização da vida cotidiana foi possibilitada tanto por tecnologias digitais quanto pela transformação geral da vida social em mercadoria, além de ser facilitada e legitimada por discursos do que chamaremos de "signos do capital em circulação". Como afirma Dyer-Witheford (2015, p. 82), tanto a financeirização quanto a comunicação trazem "processos circulatórios [que] tanto repercutem quanto são moldados pela composição de classes".

Essa imbricação financeirização-plataformização atualiza "o fato histórico de que o mercado financeiro e a tecnologia deram-se as mãos para erigir o seu bios, uma nova orientação existencial afim ao processo planetário de modernização do capital" (Sodré, 2014, p. 258), com uma articulação que acelera a circulação do capital. São alguns exemplos dessas conexões a "uberização do dinheiro" (Baldwin, 2018) – que conecta pares em uma rede sem a necessidade de mediação governamental, bancária ou financeira – e a apropriação das plataformas digitais em relação à técnica de derivativos. Como pontua Berardi (2012, p. 31), "a premissa do dogmatismo neoliberal é a redução da vida social a implicações matemáticas dos algoritmos financeiros". Se, então, dados e algoritmos são uma antessala para o capitalismo de plataformas – sendo um de seus mecanismos –, a financeirização é o seu próprio modo de acumulação de riquezas.

As conexões entre financeirização e tecnologia – que ocorrem em todo o processo de desmaterialização do dinheiro (Goux, 1973) em direção ao crédito e ao dinheiro digital – podem ser percebidas atualmente tanto pelos processos de plataformização quanto pela própria circulação da ideologia do Vale do Silício. A articulação entre esses dois elementos auxilia na aceleração da circulação do capital, com uma "velocidade circulatória dos processos em todas as instâncias do socius, agora imerso em fluxos, conexões e redes" (Sodré, 2014, p. 57). As plataformas digitais são espaços de circulação tanto de mensagens e sentidos como também de dinheiro, com inúmeras transações bancárias diárias, por meio de aplicativos de bancos, lojas como App Store, plataformas como Uber, iFood e Rappi, até os mais variados sites de compra nas mídias digitais – a circulação de capital atua conjuntamente à circulação de plataformas e força de trabalho.

Um exemplo é a apropriação das plataformas digitais em relação à técnica de derivativos, uma espécie de seguro contra riscos, que ganhou protagonismo "não apenas por ser um comércio fundamentado na gestão de riscos de atividades econômicas, como também pela digitalização dos pregões e pelos avanços em teorias probabilísticas" (De Marchi, 2018, p. 194). Essa lógica social de derivativo auxilia na produção e na circulação do valor por meio de algoritmos, algo utilizado tanto em sites de apostas quanto em plataformas como Facebook e Youtube. Segundo Arvidsson (2016, p. 6), "os derivativos operam criando uma realidade virtual de relações e conexões que não precisam de nenhuma fundamentação ontológica". Aplicada às plataformas digitais e com o uso de algoritmos, cria-se ainda "certo álibi de impessoalidade e precisão às leis do mercado" (De Marchi, 2018, p. 200). Como diz Harvey (2018), tudo se passa como se a ciência econômica contemporânea, do ponto de vista dela mesma, não possuísse contradições.

7. FUTURO PROSPECTIVO DO TRABALHO

Do ponto de vista estrutural, o que se apresenta hoje e como tendência[28] para o trabalho é ainda a forma industrial de organização da produção de mercadorias. Não obstante, essa forma, como salientamos ao longo do ensaio, baseada na cooperação, não é idêntica àquela do século XVIII e XIX, nem mesmo àquela taylor-fordista que predominou no século XX até os anos 1960 e que se radicalizou com o toyotismo depois da década de 1970[29]. No entanto, apesar de não ser idêntica, a forma industrial que predomina hoje conserva todos os princípios das anteriores, o que nos leva a afirmar, portanto, que qualquer menção a um pós-industrialismo não passa de mera ficção.

As formas de extração de trabalho com controle, monitoramento, gerenciamento e autogerenciamento proporcionadas pelas TICs fazem, na prática, aprofundar os princípios gerais da produção industrial e não a alçam a um utópico plano societal em que o trabalhador individual ou coletivo estaria mais inserido nos processos decisórios de organização da produção na medida em que o conhecimento, como nova força produtiva, seria por ele retido e utilizado como instrumento de possíveis ações políticas.

A produção de mercadorias obedece, assim, à mesma lógica de extração de mais trabalho, mesmo quando se utiliza de trabalhos também não manuais e de forças produtivas imateriais como o conhecimento, a informação e a comunicação. Nesse sentido, as TICs possibilitam às empresas capitalistas, sobretudo às plataformas digitais, extrair mais trabalho na medida em que estabelecem com mais rapidez, eficiência e eficácia o que o trabalhador coletivo deve fazer e como fazer, além de controlá-lo e vigiá-lo em tempo real.

Os softwares, os aplicativos, os algoritmos, que determinam de forma prévia as tarefas e a sequência dessas tarefas a vários tipos de trabalhadores, radicalizam/aprofundam a subsunção real do trabalhador ao capital no sentido da determinação do "como fazer" e "em que tempo". Com base nesses softwares de controle e gerenciamento do trabalho, a cooperação industrial continua a se apresentar como mecanismo central de subordinação do trabalho, uma vez que é o capital que estabelece e organiza, obviamente com base em seus interesses, toda a produção e organização do trabalho.

Toda essa reestruturação da produção baseada nas TICs vem acompanhada de um novo léxico que tem o objetivo, além de ampliar ainda mais a exploração do trabalho, convencer o trabalhador individual e coletivo de que se trata de um benefício, de uma nova e inescapável possibilidade de o trabalhador, ele mesmo, tornar-se seu próprio explorador. Isto é, a figura da gerência é flexibilizada no sentido de ser, em parte, absorvida e imposta ao trabalhador por ele mesmo. A autotaylorização ou autogerenciamento, fundamentando-se em um conjunto de regras, normas e formas de comportamento, torna-se outro mecanismo importante de dominação do capital sobre o trabalho, sobretudo a impor coercitivamente a ideologia do trabalhador como parceiro a ponto de naturalizá-la.

---

[28] Aqui, a noção de tendência, resgatada de Marx (1988) e Gramsci (2004), é central para essa leitura prospectiva do trabalho.

[29] No Brasil dos últimos anos, por exemplo, os teleoperadores de indústrias de teleatendimento têm uma das rotatividades de trabalho mais altas, permanecendo em média apenas oito meses no trabalho. Além disso, têm condições de trabalho com alta intensidade produtiva, controle gerencial despótico e altos índices de doenças por estresse e psíquicas. Portanto, o capital, de forma global, além de reproduzir as formas tradicionais taylor-fordistas-toyotistas de exploração e controle do trabalho, aprofunda as fronteiras de sua exploração na medida em que, além de explorar trabalhos nos quais predominam as atividades manuais, explora combinadamente os trabalhos nos quais predominam as atividades cognitivas.

A própria concepção de "futuro do trabalho" é um elemento desse novo léxico, sendo mobilizada ideologicamente, principalmente, por coachs e futuristas. Essa agenda é marcadamente focada no indivíduo – descontextualizando questões sociais – e em suas capacidades de desenvolver "habilidades" perante um mundo cada vez mais automatizado. Mas como afirma Judy Wajcman (2017), os futuros são sempre sociais e políticos, e é preciso trazer essas discussões para formuladores de políticas públicas e não as deixar somente nas mãos da indústria.

Os debates sobre os robôs substituírem ou não os trabalhadores – e os perigos ou alegrias disso – acabam por invisibilizar o contínuo papel dos trabalhadores nos processos produtivos e cada vez mais espremidos em "microtarefas". Delfanti e Frey (2020) analisaram patentes de propriedade da Amazon e descobriram que os trabalhadores não estão para desaparecer dos galpões da empresa no futuro. As patentes mostram máquinas para intensificar o ritmo de trabalho e a vigilância sobre os trabalhadores. Para os autores, essas patentes materializam o desejo das empresas de que os trabalhadores sejam apenas apêndices vivos das máquinas. Tal cenário reforça o papel da produção industrial no futuro do trabalho.

Portanto, plataformas digitais, indústria de software, call centers ou indústrias de dados, com seus softwares de gerenciamento, controle e vigilância que prescrevem como e de que forma o trabalho deve ser executado, reproduzem a forma industrial típica do capitalismo. A novidade não está, assim, nos princípios organizadores da produção, mas em como as TICs, criadas e recriadas com a finalidade de extrair mais trabalho, permitem aprofundar a dominação e a exploração do trabalho. A tendência, caso nenhuma alternativa política seja criada e colocada em prática pela classe trabalhadora, é de que esse processo de dominação e exploração do trabalho se torne cada vez mais intenso e abrangente.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, L. C. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. Passa Palavra, 2017. Disponível em: <http://passapalavra.info/2017/02/110685>. Acesso em 29 jun. 2020.

ABÍLIO, L. C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. Psicoperspectivas, v. 18, n. 3, p 1-11, 2019.

ABÍLIO, L. C. Plataformas digitais e uberização: a globalização de um Sul administrado? Contracampo, v. 39, n. 1, p. 12-26, 2020.

ABÍLIO, L. C. et al. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. Trabalho e Desenvolvimento Humano. V. 1, n. 1, 1-15.

ABREU, A.; SORJ, B. Trabalho a domicílio e relações de gênero: as costureiras externas no Rio de Janeiro. In: ABREU, A.; SORJ, B. (orgs.). O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1993. p. 43-61.

AMORIM, H. Teoria social e reducionismo analítico: para uma crítica ao debate sobre a centralidade do trabalho. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.

AMORIM, H. As qualificações profissionais na produção imaterial. In: Souza José dos Santos (Org.). Trabalho, qualificação e políticas públicas. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, p. 34-51, 2011.

AMORIM, H. Theories of immaterial labour: a critical reflection based on Marx. Work Organisation, Labour & Globalisation, v. 8, p. 88-103, 2014.

AMORIM, H.; GRAZIA, M.. Taylorização e autotaylorização do trabalho: as metodologias ágeis na indústria de software. Século XXI: Revista de Ciências Sociais, v. 8, n. 2, p. 747-776, 2018.

AMORIM, H.; MODA, F.; MEVIS, C.. Empreendedorismo: o modo de vida neoliberal (mimeo).

AMORIM, H.; Souza, D.. C. C. (orgs.) As Classes Sociais no Início do Século XXI. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2017, 325 p.

AMORIM, H., Silva, J. B. da. (orgs.). Classes e Lutas de Classes: Novos Questionamentos. 1. ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2015, v.1, p. 09-24.

ARVIDSSON, A. Facebook and finance: on the social logic of the derivative. Theory, Culture & Society, v. 33, n. 6, p. 24-43, 2016.

BALDWIN, J. In digital we trust: bitcoin discourse, digital currencies, and decentralized network fetishism. Palgrave Communications, v. 14, p. 1-17, 2018.

BELL, D. O Advento da Sociedade Pós-Industrial: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1973.

BENANAV, A. Automation and the Future of Work. London: Verso, 2020.

BECKER, G. Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. New York: National Bureau of Economic Research, 1964.

BERARDI, F. The uprising: on poetry and finance. Cambridge: MIT Press, 2012.

BIHR, A. La novlangue néolibérale. Paris: Editions Page 2, 2017.

BIHR, A. Da Grande Noite à Alternativa: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

BRAGA, J. C. de S. Financeirização global: o novo padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (orgs.). Poder e dinheiro: economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 195-242.

BROWN, W. Neo-liberalism and the end of liberal democracy. Theory & Event, v. 7, n. 1, Project MUSE, doi:10.1353/tae.2003.0020., 2003.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELFANTI, A.; FREY, B. Humanly extended automation or the future of work seen through Amazon patents. Science, Technology & Human Values. Online First, 1-18, 2020.

DE MARCHI, L. Como os algoritmos do Youtube calculam valor? Uma análise da produção de valor para vídeos digitais de música através da lógica social de derivativo. MATRIZes, v. 12, n. 2, p. 193-215, 2018.

DE STEFANO, V. The rise of the "just-in-time workforce": on-demand work, crowd work and labour protection in the "gig-economy". Bocconi Legal Studies Research Paper, 2015.

DURAND, C. El capital fictício. Barcelona: Ned Ediciones, 2018.

DYER-WITHEFORD, N. Cyber-proletariat: global labour in the digital vortex. London: Pluto Press, 2015.

EKBIA, H.; NARDI, B. Heteromation, and other stories of computing and capitalism. Massachusetts: MIT Press, 2017.

EUBANKS, V. Automating inequality. New York: St. Martin's, 2018.

FIGARO, R. Relações de comunicação no mundo do trabalho. São Paulo: Annablume, 2001.

FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GORZ, A. Valeur et richesse: le divorce. Transversales, n. 3, p. 45-47, 2002.

GORZ, A. O imaterial: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

GOUX, J.-J. Économie et symbolique: Freud, Marx. Paris: Éditions du Seuil, 1973.

GRAMSCI, A. Americanismo e Fordismo. In: GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GROHMANN, R. Financeirização, midiatização e dataficação como sínteses sociais. InMediaciones de la Comunicación, v. 14, n. 2, p. 97-117, 2019.

GROHMANN, R. O que é circulação na comunicação? Dimensões epistemológicas. Famecos, v. 27, 1-18, 2020a.

GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. Eptic, v. 2, n. 1, p. 107-122, jan.-abr. 2020b.

GOULDNER, A. El futuro de los intelectuales y el ascenso de la nueva classe. Madrid: Alianza Editorial, 1979.

HABERMAS, J. Teoria de la Accion Comunicativa. Madrid: Taurus, 1987.

HARDT, M.; NEGRI, A. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARDT, M.; NEGRI, A. Multidão: guerra e democracia na Era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARDT, M.; NEGRI, A. Assembly. Oxford: Oxford University Press, 2017.

HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Editora Loyola, 2008.

HARVEY, D. A loucura da razão econômica. São Paulo: Boitempo, 2018.

HAYEK, F. O caminho da servidão. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, Instituto Liberal, 1987.

HUWS, U. Mundo material: o mito da economia imaterial. Mediações, Londrina, v. 16, n. 1, p. 24-54, jan.-jun. 2011.

HUWS, U. et al. The platformization of work in Europe: results from research in 13 European countries. Bruxelas/Bélgica: Foundation for European Progressive Studies, 2019.

INGLEHART, R. The silent revolution. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1977.

LAZZARATO, M. Le concept de travail immatériel: la grande entreprise. Futur Antérieur, n. 10, p. 54-61, 1992.

LAZZARATO, M. Le cycle de la production immatériel. Futur Antérieur, n. 16, p. 111-120, 1993.

MARAZZI, C. Capital and affects: the politics of the language economy. Los Angeles: Semiotext(e), 2011.

MARX, K. O capital. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, K. O capital: livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. O capital: crítica da economia política – livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. Capítulo VI inédito de O capital. São Paulo: Moraes, s.d.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MISES, L. von. Ação humana: um tratado de economia. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MÖHLMANN, M.; ZALMANSON, L. Hands on the wheel: navigating algorithmic management and Uber drivers' autonomy. Proceedings of the International Conference on Information Systems (ICIS 2017), December 10-13, Seoul, South Korea, 2017.

NEGRI, T. Valeur-travail: crise e problèmes de reconstruction dans le post-moderne. Futur Antérieur, n. 10, p. 20-36, 1992.

NEGRI, T. Capitalisme cognitif et fin de l'économie politique. Multitudes, n. 13, p. 197-205, 2003.

NOBLE, S. Algorithms of opression: how search engines reinforce racism. New York: NYU Press, 2018.

OFFE, C. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? Revista Brasileira de Ciências Sociais 4 (10): 6-20, 1989.

OLIVEIRA, T. et al. E se os editores de revistas científicas parassem? A precarização do trabalho acadêmico para além da pandemia. Contracampo. V. 39, n. 2, 2020, p. 1-15.

ÖZKAZANÇ-PAN, B.; PULLEN, A. Gendered labour and work, even in pandemic times. Gender, Work & Organization. V. 27, n. 5, 675-926, 2020.

ROSDOLSKY, R. Gênese e estrutura de O capital, de Karl Marx. Rio de Janeiro: Eduerj, Contraponto, 2001.

ROSSI-LANDI, F. A linguagem como trabalho e como mercado. São Paulo: Difel, 1985.

SADOWSKI, J. When data is capital: datafication, accumulation and extraction. Big Data & Society. Online First, p. 1-17, 2019.

SALGADO, J. Entre solitários e solidários: o empreendedor no discurso da Folha de S.Paulo (1972-2011). Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SCHOLZ, T. Uberworked and underpaid. London: Polity, 2016.

SCHULTZ, T. Capital humano: investimento em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHUMPETER, J. Teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Nova Cultura, 1997.

SCIRÉ,. Financeirização da pobreza: crédito e endividamento no âmbito das práticas populares de consumo. Teoria & Pesquisa, v. 20, n. 1, p. 65-78, 2011.

SILVA, E. Refazendo a fábrica fordista: contrastes da indústria automobilística no Brasil e na Grã-Bretanha. São Paulo: Hucitec, 1991.

SILVA, T. Racismo algoritmo em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LAVITS, 6. Anais... Salvador: UFBA, 2019.

SLEE, T. Uberização: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Elefante, 2017.

SODRÉ, M. A ciência do comum. Petrópolis: Vozes, 2014.

SRNICEK, N. Platform capitalism. London: Polity, 2017.

TAVARES, M. A.; TRINDADE DE LIMA, R. O. A "liberdade" do trabalho e as armadilhas do salário por peça. Revista Katál, Florianópolis, v. 12, n. 2, 170-177, 2009.

TAYLOR, F. Princípios da administração científica. São Paulo: Atlas, 1990.

TOURAINE, A. Sociedade pós-industrial. Lisboa: Moraes Editores, 1970.

VAN DER ZWAN, N.. Making sense of financialization. Socio-Economic Review, v. 12, p. 99-129, 2014.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WAAL, M. The Platform Society. New York: Oxford, 2018.

VERCELLONE, C. Sommes-nous sortis du capitalisme industriel? Paris: La Dispute, 2002.

VERCELLONE, C. L'Analyse "gorzienne" de l'évolution du capitalisme. In: FOUREL, Christophe (org.). André Gorz, un penseur pour le XXIe siècle. Paris: La Découverte, 2009. p. 77-97.

VIEIRA PINTO, A. O conceito de tecnologia. v. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

WAJCMAN, J. Pressed for time. Chicago: University of Chicago Press, 2015.

WAJCMAN, J. Automation: is it really different this time? British Journal of Sociology, v. 68, n. 1, p. 119-127, 2017.

WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOODCOCK, J. Marx at the Arcade. London: Haymarket Books, 2019.

WOODCOCK, J. The algorithmic Panopticon at Deliveroo: measurement, precarity, and the illusion of control. Ephemera, V. 20, n. 3, p. 67-95, 2020.